



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO, REALIZADA NO DIA 28 DE JUNHO DE 2019 -----

Aos vinte e oito do mês de junho de dois mil e dezanove, pelas dezoito horas, reuniu-se no Edifício da Assembleia Municipal de Mondim de Basto o órgão deliberativo deste Município. -----

PRESENCAS: -----

O deputado municipal José Francisco Teixeira Lopes, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Maria Jacinta Carvalho Gomes. -----

A deputada municipal Maria Fernanda Lemos da Cunha impossibilitada de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Paulo Pereira. -----

A deputada municipal Maria João Loureiro Ribeiro, impossibilitada de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Artur Silva Miguel. -----

A deputada municipal Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras, impossibilitada de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Fernando Avelino Oliveira Silva. -----

Encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. -----

ABERTURA DA REUNIÃO -----

Pelas dezoito horas e cinco minutos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a presente reunião, dando início à ordem de trabalhos. -----

Face à ausência do Primeiro Secretário da Mesa, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal designou, interinamente, e para esta reunião, o senhor deputado Artur Silva Miguel para desempenhar as funções de Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia. ---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Face à ausência da Segunda Secretária da Mesa, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal designou, interinamente, e para esta reunião, a senhora deputada Joana Assunção Faria da Cunha para desempenhar as funções de Segunda Secretária da Mesa da Assembleia. -----

1.1- Assuntos gerais de interesse para o Município -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Silva** usou da palavra para dizer que queria começar por felicitar duas iniciativas do município. Uma delas, e julga que deve ter tido a própria intervenção da autarquia, a abertura dos correios que considera ser uma iniciativa louvável pelo que felicitou a intervenção que a autarquia possa ter tido nesta abertura. Depois felicitou outra iniciativa que julga interessante que é a Bienal do Granito que pode, de alguma forma, mobilizar para o desenvolvimento do próprio concelho. De seguida deixou uma nota no sentido de, face à manutenção da continuidade do impasse relativamente à Barragem do Fridão, considerar que é hora de a Câmara ter algum papel neste impasse. Entende que, para as pessoas que estão lesadas porque não podem usufruir dos seus bens patrimoniais, está na altura de haver uma alteração no próprio PDM que liberte as pessoas no sentido de elas poderem usufruir do seu património e fazer dele o que entendem. De seguida manifestou a sua preocupação com o facto dos contentores metálicos terem sido retirados pois verifica-se que há muitos monos que se encontram espalhados nos vários recantos do concelho. Hoje não existe de alguma forma uma local de recolha dos depósitos e há pessoas que não sabem o que fazer de uma televisão ou de um frigorífico. Deixou uma nota no sentido de a Câmara encetar uma sensibilização da população a dizer onde é que as pessoas podem depositar ou então fazer novamente a instalação desses contentores metálicos. Referiu-se também a uma preocupação que tem sido assinalada várias vezes que resulta da imagem visual da Zona Industrial que é degradante para o concelho. A imagem visual e as questões ambientais continuam na Zona Industrial pois esta zona passou a ser o depósito do lixo de Mondim de Basto. Neste local amontoam-se pneus, todo o tipo de detritos e até o autocarro da Câmara completamente degradado a repousar *ad eternum*. Não podem ficar indiferentes àquilo que se torna urgente resolver e julga que a Câmara tem muita responsabilidade relativamente a isto. Por fim, e relativamente a uma questão que tem a ver com a educação, que é a sua área de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

trabalho, referiu que gostava de deixar um alerta para o Executivo com as questões relacionadas com a rede escolar. Foi confirmar e verificou que a Carta Educativa que se iniciou em 2004 até 2013 ainda está em vigor quando afinal tudo o que está lá já não existe. A Carta previa três centros escolares – Vilarinho, Atei e Mondim. A própria Carta apontava naquela altura para um número de cerca de 90 alunos e 4 turmas em Vilarinho. Infelizmente, nota-se que a população escolar tem vindo a diminuir, com um número muito significativo, o que mostra que se está a perder alunos. Hoje, em Vilarinho, funciona apenas uma turma com menos de 20 alunos. Mas o que provoca a sua admiração é que os pressupostos que levaram ao fecho das escolas das freguesias de Atei, Ermelo e Paradaça para o Centro Escolar Mondim Oeste, inclusive por notícias que foram dadas pelo atual Presidente de Câmara, não se aplicam atualmente sendo que na altura foi referido que o facto de as crianças virem para o Centro Escolar de Mondim era extremamente benéfico até do ponto de vista das oportunidades, das melhores condições de aprendizagem, poderiam usufruir de internet, quadros interativos, salas do futuro, bibliotecas, dinâmicas inovadoras. Terminou dizendo que tinha conhecimento que no próximo ano letivo irá continuar a funcionar a escola de Vilarinho pelo que colocou a seguinte questão: terão estes alunos as mesmas condições de aprendizagem do que os restantes? Será pedagogicamente benéfico manter esta escola a funcionar nas atuais circunstâncias? -----

O deputado municipal **Torcato Jorge Mota Queirós de Moura** usou da palavra para dizer que queria deixar duas notas, uma positiva e outra negativa, que lhe parecem importantes. A primeira nota é a divulgação que foi feita ou está a ser feita através dos meios audiovisuais que recentemente tem passado nas televisões sobre as Fisgas de Ermelo e Mondim de Basto relativamente ao seu turismo. Parece-lhe boa e positiva essa referencia por esses meios porque cada vez traz mais turismo, pena é que no conteúdo da reportagem não tenha mais impacto e a mesma não tenha sido feita com mais incisão pública e nas pessoas. A segunda nota é negativa porque também nos audiovisuais, e já não é a primeira vez, em pleno horário do telejornal, horário nobre, têm visto notícias da ETAR, e refere aqui ETAR, sendo corrigido sistematicamente porque de facto não é ETAR, mas do Executivo ainda ninguém desmentiu a notícia porque ela foi abertura de telejornal como ETAR. Referiu também que na primeira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

oportunidade de endividamento (que mais à frente vai ser aprovado nesta Assembleia) a Câmara recorre a um empréstimo de 1.000.000 Euros, com os quais se poderia recuperar esta obra e tantas outras destacando, a título de exemplo, a Casa da Igreja, a Casa dos Produtos Tradicionais, a Casa do Fojo e tantas outras pelo que perguntou se de facto valia a pena fazer este investimento. -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para dizer que o anúncio ocorrido neste mês por parte do Presidente Executivo dos CTT sobre a reabertura das estações de correio nos concelhos em que foram encerradas deve deixar esta Assembleia Municipal orgulhosa porque, em altura certa, se uniram e foram capazes de aprovar uma moção contra o encerramento da estação. Mas não pode no entanto deixar esta oportunidade para referir que aquele que foi o argumento do senhor Presidente aquando do anúncio do encerramento, que tinha que ver com a concessão que tinha sido assinada pelo Governo anterior, porventura obrigado por causa da ajuda externa do Governo socialista, afinal estava errado, a concessão que foi utilizada como motivo para o encerramento dos CTT foi a mesma concessão que permitiu a sua reabertura. Portanto, aquele argumento que foi utilizado fica cabalmente desmentido porque não foi o fator da concessão que fez com que tivesse encerrado ou não os CTT mas sim a vontade política de defesa do serviço público e, portanto, se houver vontade os correios abrirão. Aproveitou esta oportunidade para dizer que o que agora importa é a reabertura do posto dos CTT que questionou o senhor Presidente da Câmara se, desde este anúncio, tomou alguma diligência junto dos CTT para que o município seja o primeiro a ter os CTT reabertos depois deste processo. Atendendo a que já passaram dois meses e meio desde o anúncio do Ministro do Ambiente e da Transição Energética sobre o facto de a Barragem do Fridão não ser construída, que questionou o senhor Presidente se tomou alguma diligência desde essa altura para poder apresentar aqui hoje. Chegou também o fim de mais um ano escolar pelo que, naturalmente, este seria o período mais indicado para a realização das obras de reabilitação da Escola Secundária e, portanto, mais um ano em que não vão utilizar este período para benefício da reabilitação, causando menos prejuízos para os estudantes e para os profissionais da escola, pelo que questionou o senhor Presidente sobre qual é que é o ponto de situação das obras de reabilitação da Escola Secundária. Também com a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

chegada do verão acaba por haver um aumento da procura turística e do acesso às zonas balneares do concelho que continuam a ter um péssimo acesso da freguesia do Bilhó à zona balnear do rio Cabrão e das Fisgas de Ermelo e, já o ano passado, se falou nesta Assembleia neste facto, pelo que queria questionar o senhor Presidente se nos próximos dias esta situação será resolvida. Questionou também se havia algum motivo extraordinário para o Museu Municipal continuar encerrado. Por fim, até porque falou disto na última Assembleia, questionou se já havia alguma novidade sobre o Programa de Apoio à Redução Tarifária de Transportes Públicos. Foi alegado na última Assembleia que o município, pela sua dimensão, tinha umas particularidades que teriam de ser tidas em conta, no entanto vimos aqui ao lado o concelho de Cabeceiros de Basto, que integra a mesma CIM, apresentar já um conjunto de medidas de redução do tarifário de transporte público contemplando estudantes, idosos, desempregados e trabalhadores independentes ou por conta de outrem, pelo que solicitou informações sobre o ponto de situação.-----

O deputado municipal **Fernando Avelino Silva** usou da palavra para colocar uma questão que tem a ver com a intervenção que estão a realizar junto à Padaria Silva no sentido de saber se aquele espaço onde está a ser feita a intervenção é domínio público ou privado. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para responder às questões colocadas. Começando pela intervenção do senhor deputado Fernando Silva, agradeceu os elogios e registou com agrado que havia aqui uma mudança positiva no reconhecimento daquilo que estava bem feito. Sobre a Barragem do Fridão, referiu que o que sabe é o que foi anunciado na Assembleia da República. O executivo já fez contactos com o senhor Ministro, já solicitou por escrito a alteração do PDM pelo que esta questão está do lado do Governo, do Estado e da EDP. A Câmara irá acompanhar o processo. Quanto aos contentores metálicos, referiu que iria encaminhar para os serviços essa questão mas a informação que podia dar é que, de forma regular, repetida e insistente, se tem feito essa informação junto das pessoas. Infelizmente os problemas ambientais são uma questão que ainda não está suficientemente resolvida, por mais esforço que a Câmara faça continuamos a ter pessoas que depositam o lixo onde não devem, continuamos a ter uma percentagem de pessoas que não fazem a separação do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

lixo, há uma série de comportamentos que são ainda inimigos do ambiente pelo que temos naturalmente de lutar para que se inverta isso. Quanto à zona industrial, esclareceu que a questão do autocarro está em processo de abate que é um processo que demora tempo, o autocarro está lá porque é propriedade da Câmara e não está lá por estar esquecido. Sobre a questão da educação, não percebeu muito bem mas admite que a intenção do senhor deputado tenha sido a melhor. De facto a Carta Educativa foi feita em 2004 pelo que se os dados que constam dessa carta educativa estão errados significa que a carta foi mal feita e admite que não tenha sido só a de Mondim. Infelizmente, a realidade confirmou aquilo que na altura alguns sabiam pois a população escolar tem diminuído de uma forma drástica, e não é só em Mondim, é infelizmente em todo o lado. Sobre a escola de Vilarinho, referiu que o seu encerramento compete ao Ministério da Educação. Neste momento ainda não sabe se a escola se irá manter ou não, estando-se a aguardar a decisão do Ministério da Educação. Referiu que esta questão do Centro Escolar era uma discussão que vinha atrasada dez anos pois se houve dúvidas há dez anos atrás quando os alunos foram para o Centro Escolar acha que essas dúvidas hoje não existem. O Centro escolar funciona da forma como conhecem, funciona bem, tem os recursos que deve ter e portanto acha que se devem focar nessa questão. Relativamente à intervenção junto à Padaria Silva o que pode dizer é que se o espaço não fosse público a Câmara não poderia fazer lá a intervenção pelo que assumiu que era essa a interpretação dos serviços. Aproveitou para reforçar que quando dizem que as intervenções e as obras demoram tempo estas são feitas quando há possibilidades e quando estão reunidas as condições para serem feitas. Quanto à intervenção do senhor deputado Torcato de Moura, referiu que de facto aparecem no mesmo canal de televisão e à mesma hora – uma imagem positiva do concelho, porque as televisões têm um feedback que as coisas funcionam bem, e uma imagem menos positiva. A diferença é que uma notícia foi por iniciativa da SIC e a outra foi por iniciativa de pessoas de Mondim que fizeram chegar esse documento porque gostam muito de ver o município pelas piores razões. Referiu que se associava aos que falam das Fisgas de Ermelo. Quanto à questão do endividamento que o senhor deputado referiu, lembrou que até aqui reclamavam que a câmara tinha obras para fazer mas que as obras têm que ser feitas com dinheiro. Quando a Câmara tem capacidade de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

endividamento, que se deve à boa gestão da Câmara, não a deve usar? Esta capacidade de endividamento não aconteceu por acaso, aconteceu porque o executivo da Câmara, nos últimos dez anos, emendou, corrigiu, as asneiras que foram feitas nos vinte anos atrás e, pela primeira vez, a Câmara tem capacidade de endividamento e vai fazer uma obra. É claro que é muito fácil dizer porque é que vai utilizar na Tapada da Telha e não utiliza na Casa da Igreja mas é uma opção e é uma opção muito simples porque na Tapada da Telha este investimento tem associado uma receita. Fazendo as infraestruturas a Câmara vende os lotes e faz dinheiro. Respondendo também à questão do senhor deputado Bruno Ferreira, o senhor Presidente da Câmara perguntou se alguma vez passou pela cabeça do senhor deputado que antes do verão a Câmara tinha dinheiro para compor a estrada do Bilhó para Cavernelhe. No entanto, adiantou que a Câmara tinha neste momento 850.000 Euros de folga, iria gastar 780.000 Euros, pelo que, com essa margem que irá ficar, irá compor a estrada e, portanto, na próxima Assembleia Municipal virá aqui uma proposta para que esses 170.000 Euros sejam utilizados em vias municipais. Acrescentou que estas coisas têm que ser feitas com seriedade e não vir aqui dizer que é preciso gastar cem ou duzentos mil euros numa estrada sabendo o senhor deputado que a Câmara não tem dinheiro em orçamento pelo que se tem de ir buscar aos empréstimos. Compõe-se a estrada quando a Câmara tiver dinheiro. Isto que fique claro porque demagogia dispensamos muito bem. Relativamente à esta questão dos CTT a que o senhor deputado Bruno Ferreira se associou pensando que ia sair por cima referiu que a administração dos CTT anunciou no Parlamento que iria reabrir as lojas porque o Governo do Partido Socialista disse que, no próximo ano, no contrato de concessão, iria ser obrigatório a abertura de uma loja por cada concelho. A pergunta que fica é porque é que o partido do senhor deputado, quando esteve lá, não fez o mesmo? Se tivesse feito o mesmo as lojas não tinham encerrado. Não foi um gesto de boa vontade da administração dos CTT, a administração dos CTT foi a reboque do anúncio de uma decisão do Governo. Acrescentou que tudo aquilo que o senhor deputado Bruno Ferreira disse não faz sentido pois foi o seu Governo que encerrou as lojas e não acautelou no contrato de concessão essa questão. Para terminar, referiu que o Museu Municipal não estava encerrado, estando associado à Biblioteca, não tem lá nenhum funcionário neste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

momento mas não está encerrado. Referiu que havia outra questão que não podia deixar passar em branco, perguntando ao senhor deputado Bruno Ferreira se alguma vez lhe passou pela cabeça que seria possível começar uma obra de 2.000.000 Euros sem cumprir os procedimentos legais? Considera que o que o senhor deputado veio aqui dizer é uma coisa que é particularmente grave pois o senhor deputado deveria saber que as obras para começarem, sobretudo se tiverem que ter o visto do Tribunal de Contas, têm que ter os procedimentos legais cumpridos. Toda a gente aqui nesta Assembleia sabe a história desta obra em que os concursos ficaram desertos. Finalmente agora há uma proposta mas é necessário que decorram os prazos. A obra começará quando os procedimentos legais estiverem cumpridos. Entende que o que o senhor deputado disse é muito grave e que imagina que se o senhor deputado um dia estivesse na Câmara começaria a obra sem cumprir os procedimentos legais. Isso é particularmente grave pelo que o aconselhou a ser muito cauteloso e rigoroso porque estas questões são muito sérias. Sobre a questão dos transportes pediu ao senhor Vereador Paulo Mota para explicar este assunto. -----

O senhor **Vereador Paulo Mota** usou da palavra para dizer que sobre a questão do PART e do transporte, e porque foi chamada aqui a comparação com o concelho vizinho de Cabeceiras de Basto, o executivo está a trabalhar em parceria com o concelho de Cabeceiras de Basto que decidiu seguir um caminho um pouco diferente mas que, das cinco iniciativas que estão apresentadas por Cabeceiras de Basto, Mondim vai ver aplicadas duas. Uma delas já está aplicada que é o passe gratuito para os alunos do ensino secundário regular porque o município decidiu, no âmbito da sua política educativa, financiar este passe muito antes do PART. A CIM do Ave adotou esta medida no âmbito do PART que o município de Mondim de Basto já tinha adotado antes e que agora está a ser suportada pelo PART. Sobre a nova carreira referiu que ela é anunciada para setembro de 2019 porque isto suscita ainda muitas questões legais sobre de que forma é que vamos conseguir implementar um serviço destes. Este é também um dos objetivos do município visto que 40% do PART pode ser aplicado na implementação de novas carreiras e este município já manifestou a sua intenção de implementar uma nova carreira no âmbito do PART. Suscita no entanto dúvidas porque se está num momento de transição regulatório do licenciamento de novas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

carreiras e a própria CIM do Ave tem questionado a Autoridade de Transportes para perceber se neste momento se pode ou não lançar uma nova carreira. Cabeceiras de Basto antecipou-se e anunciou até setembro, Mondim de Basto só anunciará quando tiver a certeza de que consegue no início do ano letivo lançar um novo serviço. Sobre as outras medidas que aqui estão anunciadas dos idosos, Cabeceiras decidiu avançar com um regulamento próprio. Mondim está à espera que a Transdev envie os dados de utilização dos transportes públicos porque acham que têm condições para fazer um desconto transversal e portanto quando tiverem a certeza de que esse desconto transversal é possível avançarão com esse desconto e não com o desconto seletivo. A medida do desconto de 50% do passe mensal é imediata mas o problema é que em Mondim não há propriamente muita gente a utilizar o passe mensal no concelho só, estando-se a aguardar confirmação. A grande dificuldade aqui é fazer o desconto pelo bilhete e, dentro destas iniciativas, está-se a pensar num desconto transversal e está-se a trabalhar com a empresa. -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para agradecer ao senhor Presidente da Câmara a sua profecia e para dizer que espera que, efetivamente, daqui a dois anos, possa estar no seu lugar para fazer as coisas diferentes. Acrescentou que tinha muita estima pelo senhor Presidente da Câmara mas que se houvesse um prémio para a demagogia hoje seria um potencial candidato porque quando, no executivo anterior, recorreram à banca para fazer investimento era uma asneira, se recorrem à banca para fazer obra no atual executivo é um investimento, pelo que, sinceramente, considera que o senhor Presidente esteve à altura do prémio. Mas há mais. Perguntou se o senhor Presidente que acusa o Governo do PSD de ter encerrado o balcão dos CTT ainda se lembra qual era o partido que estava no Governo quando encerraram os CTT de Mondim de Basto? Se não se lembra recordou-lhe que era o Governo socialista. Uma vez mais demagogia. Mais há mais. O senhor Presidente da Câmara põe em causa que não faz sentido nenhum vir aqui falar da obra de reabilitação da estrada do Bilhó às Fişgas de Ermelo mas a seguir anuncia que na próxima reunião vai trazer aqui essa obra. Mas ainda há mais. O Museu Municipal não está fechado mas se for lá não está ninguém. Gostava que explicasse como é que isso é possível. Terminou dizendo que, antes de fazer qualquer tipo de análise política extra os assuntos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

que são aqui debatidos, o senhor Presidente deveria concentrar-se naquilo que lhe é perguntado e responder, não só aos deputados desta Assembleia mas também a este público, porque é esse também o seu dever nos próximos dois anos. -----

O deputado municipal **Torcato Jorge Mota Queirós de Moura** usou da palavra para dizer que tinha sido ele a trazer aqui o problema do autocarro e que, depois de muita insistência do CDS-PP, o senhor Presidente da Câmara vem aqui dizer hoje que está para abate pelo que considera o problema esclarecido. Relativamente à ETAR perguntou se esta iria ou não ser feita com a Via do Tâmega. Relativamente ao financiamento que vai ser aprovado, considera que a prioridade hoje não era este loteamento. Considera que o problema é que os senhores estão sentados aí à custa do endividamento e à custa da Casa da Igreja e hoje dizem que a Casa da Igreja não é para se fazer mas faz-se um endividamento do qual não se sabe quando é que vai ser recuperado esse dinheiro. -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Silva** usou da palavra para agradecer os esclarecimentos prestados pelo senhor Presidente da Câmara mas que havia uma questão que gostava que fosse mais clarificada. Referiu que quando fez alusão à Carta Educativa do concelho feita em 2004 para o período até 2013 o que quis dizer, de alguma forma, foi que ela caducou pelo que os pressupostos que estavam lá deixaram de ter efeitos. O alerta que deixa é que é preciso fazer uma nova carta educativa que responda às necessidades e às realidades atuais. Se os pressupostos anteriores fizeram com que alunos dos vários lados do concelho tivessem vindo para um Centro Escolar referindo, e o argumento era válido, que seria muito mais vantajoso e proveitoso para o sucesso da aprendizagem a vinda desses alunos, a questão que coloca é por que razão é que se continua a manter a escola de Vilarinho com dezassete alunos quando pedagogicamente não faz sentido mantê-la e gostava de perceber as razões que estão inerentes ao seu funcionamento. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer ao senhor deputado Bruno Ferreira que registou com agrado o facto de o senhor deputado dizer que está em forma. Sobre profecias, e não se costume enganar, acha que vai continuar tudo como está. O que disse foi no condicional porque está convencido que o senhor deputado não vai estar mesmo no seu lugar mas que acabaram de saber agora que vai



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

ser candidato. Sobre o Governo, referiu que quem encerra os CTT não é o Governo mas sim a empresa e esta encerrou com base num contrato de concessão que foi feito pelo seu Governo. Sobre a questão da dívida, a diferença entre a gestão do atual executivo e a do executivo anterior é tão simples quanto essa: qualquer pessoa aqui na sala percebe pois este executivo vai pedir dinheiro ao banco e a dívida vai continuar a descer mas na gestão do executivo anterior pediram dinheiro ao banco e a dívida disparou para vinte milhões. Sobre a escola de Vilarinho, terminou dizendo ao senhor deputado Fernando Silva que todos ouviram a sua opinião e perceberam que entende que a escola deve encerrar. -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Silva** usou da palavra para fazer uma correção à afirmação do senhor Presidente dizendo que não era contra e que os argumentos que usou aqui foram os que o senhor Presidente da Câmara usou quando fechou a escola de Atei, quando fechou a escola de Ermelo, quando fechou as escolas todas. Naquela altura os argumentos eram válidos e agora não são válidos? Terminou dizendo que justificou a sua posição pedagogicamente pelo que, pedagogicamente, está mais que legitimada e justificada a sua posição relativamente a esta escola com base nos argumentos que foram utilizados para fechar as outras. -----

1.2 - Correspondência recebida e enviada pela Assembleia Municipal -----

De seguida, pelo Senhor Presidente da Mesa, Valentim Carvalho Macedo, foi presente a correspondência recebida e enviada. -----

2-Ordem do dia -----

2.1- Aprovação da ata da reunião de 25 de abril de 2019-----

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da ata da reunião de 25 de abril de 2019** que foi aprovada por **unanimidade dos presentes na sessão em causa.** -----

2.2- Aprovação da ata da reunião de 30 de abril de 2019-----

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da ata da reunião de 30 de abril de 2019** que foi aprovada por **unanimidade dos presentes na sessão em causa.** -----

2.3- 2ª Revisão ao Orçamento de 2019 -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da 2ª Revisão ao Orçamento de 2019** que foi aprovada por maioria com quinze votos a favor e três abstenções unanimidade dos presentes na sessão em causa. -----

2.4- Autorização para contratação de um empréstimo de médio / longo prazo –

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para dizer que com esta proposta ficam a saber o custo dos arruamentos, o custo do projeto pelo que certamente o município, antes até de recorrer a este empréstimo, fez já uma análise sobre os custos totais deste investimento pelo que gostava de colocar duas questões: saber se já está definido o formato ou modelo de atribuição dos lotes e qual é a previsão temporal para isto acontecer e qual é o valor mínimo estimado de licitação para cada tipologia de lote. -----

O deputado municipal **Torcato Jorge Mota Queirós de Moura** usou da palavra para dizer que, no ponto de vista do CDS-PP, o financiamento é superior a um milhão de euros pois o custo dele é de 928.000 Euros mas entende que se tem que acrescentar aqui o custo do terreno. E para quem ganhou eleições à custa da dívida e do endividamento, entendem que com este empréstimo o município irá ficar acima dos 80% do endividamento da própria Câmara visto que o retorno financeiro que o senhor Presidente pensa que vai ter tem que ser enquadrado na época que se vão vender os lotes. Questionou se já estava no plano de encargos o custo que vai ter cada lote pois parece-lhe, da sua análise, que os lotes vão rondar os 50.000 Euros face ao investimento que vai ser feito. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que, e respondendo ao senhor deputado Bruno Ferreira, este é um procedimento que está agora a iniciar, terá que ir depois para visto do Tribunal de Contas, depois tem que se fazer o procedimento da obra / empreitada, não conseguindo ter a garantia que comece este ano, mas irá fazer-se tudo para que comece o mais rápido possível e, em paralelo, está-se já a trabalhar nessa questão. Não podem licitar ou vender os lotes sem ter o terreno infraestruturado, tendo primeiro que criar as infraestruturas para a obra e depois vender os lotes. Quanto à intervenção do senhor deputado Torcato considera que vai uma grande confusão na sua cabeça mas disponibilizou os técnicos da Câmara para ver se o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

senhor deputado consegue definitivamente perceber as coisas. Como é que se pode dizer que este investimento representa 80% do endividamento da Câmara? Este investimento vai permitir criar receita, criar alojamento em Mondim pois neste momento existe um problema pois há procura de alojamento e não há oferta, existe um défice de iniciativa privada no concelho de oferta. Se neste momento houvesse a disponibilização de habitação, provavelmente a Câmara não teria que dar este passo, assumindo que o está a fazer para criar condições de haver ofertas de alojamento e para fixar as pessoas. Relativamente às opções possíveis, referiu que este investimento revelou prioritário e, para o ano de 2020, no orçamento, do lado da receita, poder-se-á incluir a venda dos lotes. O preço dos lotes não será certamente aquele que o senhor deputado Torcato referiu pois basta dividir este investimento pelo número de lotes e não dá, nem de longe, nem de perto, esse valor, dará metade desse valor que falou mas, a seu tempo, esse valor será apresentado e naturalmente que irá nas condições de mercado, não se pode garantir que todos os lotes serão vendidos, este é um negocio de risco, mas a Câmara assume e irá infraestruturar e a seu tempo irá vender dentro das condições e da avaliação que fizer na altura. -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Silva** usou da palavra para, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, fazer aquilo que acha que é a diplomacia pois julga que está na hora de, de uma forma menos agressiva, mais calma, poder respeitar e poder aceitar as opiniões dos outros. Considera que esse cariz de superioridade intelectual do senhor Presidente lhe fica mal porque estar a julgar qualquer intervenção dizendo que “não percebe nada”, enquanto Presidente, não lhe fica bem. Deveria ter uma atitude de compreensão, mesmo aceitando que outros tenham opiniões diferentes. Esclareceu que iria tentar desfazer esta ambiguidade toda sendo que o que o deputado Torcato quis dizer, de alguma forma, foi que ainda não conseguiram perceber a razoabilidade deste investimento. Todos concordam com ele pois há necessidade de habitação, é perfeitamente legítimo, o pressuposto está correto mas não deixa de ser verdade que o terreno teve um custo, mesmo sendo da autarquia. As infraestruturas têm um custo. O projeto teve um custo. Depois pegando nisto tudo e dividindo por metros quadrados isto tem um custo e a Câmara não vai fazer um investimento para perder dinheiro. A questão que se coloca aqui é se nesta análise, neste estudo, se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

percebe se os lotes vão ter um preço razoável de venda no mercado pois da avaliação que lhes é dada parece que os lotes vão ter um preço avultado e é isso que os preocupa, não é o pressuposto nem a legitimidade nem o objetivo. Foi isto que o deputado Torcato procurou dizer. -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para pedir mais esclarecimentos. Quando referiu aqui o valor, que já é conhecido através desta proposta, do custo dos arruamentos e do projeto foi precisamente para tentar, tendo em consideração desde logo estes custos e sabendo também a quantidade de lotes que este empreendimento possuirá, e certamente que houve uma análise e um planeamento, até porque é um valor avultado de investimento, perceber esse retorno. Obviamente que se terá que ter em conta os preços do mercado e portanto há aqui uma variável que terá de ser considerada, no entanto o senhor Presidente não os deixa muito tranquilos se não tiver já uma perspetiva de um valor base aproximado para cada um destes lotes. E partindo das palavras do senhor Presidente, e se estiver enganado pediu que o corrigisse, entende que este é um investimento que visa ter uma receita e portanto, até por aí, crê que seria importante que houvesse esse planeamento tendo em consideração obviamente essas variáveis que serão os preços do mercado, mas não os deixa muito tranquilos se o senhor Presidente assumir que ainda não tem noção do valor base destes lotes para o qual será feito este investimento. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer ao senhor deputado Fernando Silva que não recebia lições de como devia falar, sendo que fala como entende, no seu jeito e dentro dos limites que são da boa educação. A agressividade é muitas vezes correspondente a algumas acusações e insinuações que são feitas. E aí sim admitiu que era agressivo, firme e que estava aqui para defender o executivo, e fá-lo da forma que sabe, como sabe e continuará a fazê-lo e não se intimida absolutamente nada. E deve dizer que quando diz que o senhor deputado Torcato não percebia, reafirmou que não percebia mesmo porque dizer que isto corresponde a 80% da dívida da Câmara não é uma opinião, é um facto. Opiniões são coisas diferentes e as pessoas têm o direito a ter opiniões diferentes. Não têm o direito de vir aqui com números e deturpar a realidade. Não recebe lições nem do deputado nem de ninguém sobre a forma como tem de falar. Sobre o preço dos lotes, referiu que não deveriam antecipar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

problemas, sendo que a Câmara faz aquilo que tem de fazer: tem um terreno que vai lotear e quando for o tempo irá definir o valor de acordo com as condições de mercado. A seu tempo a Câmara trará aqui o regulamento, a base de licitação e todos esses pormenores, sendo que o que é importante é que o processo ande pelo que referiu que os senhores deputados podiam ficar seguros e confortáveis com o procedimento que vai ser feito. -----

Não havendo mais intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta Autorização para contratação de um empréstimo de médio / longo prazo que foi aprovada por maioria com dezoito votos a favor e dois votos contra.** -----

O deputado municipal **Torcato Jorge Mota Queirós de Moura** usou da palavra para fazer a declaração de voto do grupo municipal do CDS-PP que se passa a transcrever: «Votamos contra por, muito embora consideremos o investimento importante para Mondim, do nosso ponto de vista o momento não é oportuno para o fazer pois é um investimento elevado que coloca este município quase no limite do permitido do seu endividamento em mais de 80% e para quem oportunamente se aproveitou de ganhar as eleições à custa desse mesmo endividamento venha agora e aqui no mesmo sítio dizer que o endividamento do município se vai prolongar ao longo do tempo e por muitos anos pois a variação do mercado oscila em função do tempo e da procura face ao seu valor de mercado que terão os referidos lotes. Quanto a nós não nos parece que sejam lotes de um baixo valor relativamente ao investimento que se vai efetuar. Votamos contra pois o elevado endividamento que se pretende fazer face ao retorno enquadrado no tempo não nos parece a melhor altura». -----

2.5- Aprovação da Prestação de Contas Consolidadas referentes ao ano de 2018-

Não havendo intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta Aprovação da Prestação de Contas Consolidadas referentes ao ano de 2018 que foi aprovada por maioria com quinze votos a favor e cinco abstenções.**

2.6- Descentralização administrativa – Decisão de recusa da transferência das competências previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de Janeiro, para a autarquia de Mondim de Basto, para o ano de 2019 -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a proposta **Descentralização administrativa – Decisão de recusa da transferência das competências previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de Janeiro, para a autarquia de Mondim de Basto, para o ano de 2019, que foi aprovada por maioria com dezoito votos a favor e duas abstenções.** -----

2.7- Descentralização administrativa – Decisão de recusa da transferência das competências previstas nos Decretos-Lei n.º 58//2019, de 30 de abril, e nº 72/2019, de 28 de maio, para a autarquia de Mondim de Basto, para o ano de 2019 -----

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a proposta **Descentralização administrativa – Decisão de recusa da transferência das competências previstas nos Decretos-Lei n.º 58//2019, de 30 de abril, e nº 72/2019, de 28 de maio, para a autarquia de Mondim de Basto, para o ano de 2019, que foi aprovada por maioria com dezoito votos a favor e duas abstenções.**-

2.8- Prévia autorização de assunção do compromisso plurianual para a contratação de serviços de recolha e transporte de resíduos urbanos indiferenciados e limpeza urbana no concelho de Mondim de Basto -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para deixar uma sugestão ao senhor Presidente da Câmara, até para tornar as assembleias mais interessantes para quem assiste porque não tem acesso a esta documentação, para que, sempre que fosse possível, fizesse uma breve explicação sobre a proposta que está a ser discutida e porventura acrescentasse alguma informação que não estivesse na documentação. Crê que a questão que irá colocar agora seria perfeitamente evitável se tivesse acontecido. Na informação que lhes foi fornecida não consta o motivo para a não adjudicação do concurso anterior, portanto era esta a solicitação de informação que gostava de fazer. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para responder ao senhor deputado dizendo que todas as propostas apresentadas foram acima do preço base. Foram apresentadas cinco propostas, todas elas acima do preço base, e a Lei não permite a adjudicação de uma proposta que esteja acima do preço base. Foi necessário abrir um novo concurso sendo que neste caso se aumentou o valor base que era de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

1.052.000 Euros para 1.796.000 Euros para ir de encontro às condições de mercado, passou-se o prazo de contrato de cinco para oito anos e retiraram-se alguns serviços. O que a Câmara fez aqui foi exatamente o mesmo que fez na questão da escola, tratando-se naturalmente de matérias diferentes. Alteraram-se os pressupostos do concurso na expectativa que agora hajam interessados neste serviço. Admitiu que não estava explícito na documentação mas estava referido na informação jurídica. -----

Não havendo mais intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta Prévía autorização de assunção do compromisso plurianual para a contratação de serviços de recolha e transporte de resíduos urbanos indiferenciados e limpeza urbana no concelho de Mondim de Basto que foi aprovada por maioria com quinze votos a favor, dois votos contra e três abstenções.** -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Silva** usou da palavra para fazer a declaração de voto do grupo municipal do CDS-PP dizendo que votam contra pois consideram excessivo e potencialmente lesivo dos interesses do município o prazo de oito anos previsto para o contrato que irá atravessar três executivos municipais, consideram o preço extrapolado por tonelada acima dos preços do mercado e entendem que quer o preço, quer o prazo, resultam em grande parte da exigência de viaturas novas quando os interesses de ordem ambiental e de higiene e segurança podem justificar outras exigências que poderiam ser salvaguardadas mas por outros meios economicamente menos penalizadores para o município. -----

2.9- Prévía autorização de assunção do compromisso plurianual - abertura de procedimento de consulta prévía para o fornecimento contínuo de energia elétrica -----

O senhor **Vereador Paulo Mota** usou da palavra para fazer uma breve apresentação da proposta referindo que, atendendo ao concurso público para encontrar um fornecedor de energia elétrica em baixa tensão para todos os edifícios, equipamentos e infraestruturas do município, este tem de ser submetido à Assembleia Municipal. -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para colocar três pequenas questões sobre esta proposta. É referido na proposta que o contrato anterior cessou pelo que questionou quando é que decorreu o término desse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

contrato. É também referido que o procedimento concursal é ao abrigo de um acordo-quadro celebrado pela CIM do Ave pelo que também solicitava informações sobre este acordo-quadro. Questionou também se foi equacionado algum procedimento conjunto com os municípios da CIM. -----

O senhor **Vereador Paulo Mota** usou da palavra para dizer que não tinha a data correta em que cessou o anterior contrato mas referiu que cessou recentemente porque, no âmbito do anterior contrato, era permitida essa possibilidade ao prestador de serviço que entendeu que o preço que estava a ser cobrado já não se ajustava. As iniciativas conjuntas no âmbito da CIM do Ave existiram e são este acordo-quadro. Há um procedimento prévio que é feito para a CIM do Ave que acaba por ser uma pré-seleção dos concorrentes e depois nós vamos convidar para o nosso procedimento em concreto. Acrescentou que o município já beneficia deste acordo-quadro, que não deixa de ser um procedimento de contratação pública para toda a CIM, porque já vai ao mercado beneficiando de um preço com o qual os fornecedores se comprometem para toda a CIM. Mesmo assim, há uma segunda fase em que serão convidados os que foram pré-selecionados, com um preço pré-definido, para fazer um concurso interno só para Mondim. Esta iniciativa de ganhos de escala é o próprio acordo-quadro. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à **votação a proposta Prévía autorização de assunção do compromisso plurianual - abertura de procedimento de consulta prévia para o fornecimento contínuo de energia elétrica que foi aprovada por maioria com dezassete votos a favor e três abstenções.** -----

2.10- Aprovação da minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a União de Freguesias de Campanhó e Paradança, para a limpeza de bermas, valetas e taludes em estradas e caminhos municipais-

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à **votação a proposta Aprovação da minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a União de Freguesias de Campanhó e Paradança, para a limpeza de bermas, valetas e taludes em estradas e caminhos municipais que foi aprovada por unanimidade.** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

2.11- Aprovação da minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a União de Freguesias de Ermelo e Paredelas, para a limpeza de bermas, valetas e taludes em estradas e caminhos municipais-

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta **Aprovação da minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a União de Freguesias de Ermelo e Paredelas, para a limpeza de bermas, valetas e taludes em estradas e caminhos municipais** que foi aprovada por unanimidade. -----

2.12- Aprovação da minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Vilar de Ferreiros, para a limpeza de bermas, valetas e taludes em estradas e caminhos municipais -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta **Aprovação da minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Vilar de Ferreiros, para a limpeza de bermas, valetas e taludes em estradas e caminhos municipais** que foi aprovada por unanimidade. -----

2.13- Apoio financeiro a conceder à União de Freguesias de Campanhó e Paradaña -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Silva** usou da palavra para fazer a sua intervenção referindo que esta sua intervenção serviria para as propostas seguintes. Felicitou a Câmara por, desta vez, estabelecer protocolos com todas as freguesias e distribuir verbas por todas as freguesias. Deixou nota de uma característica que entende que deveria ser seguida que é a Câmara Municipal, quando atribui e faz protocolos com as juntas de freguesias para a limpeza das faixas de combustão, fá-lo com base num critério, num pressuposto, que considera que foi claro, que foi por metro quadrado. Pena é que relativamente a isto não possa dizer o mesmo. Gostaria que o senhor Presidente da Câmara esclarecesse porque é que numas freguesias atribui 10.000 Euros, noutras 12.000 Euros e noutras 25.000 Euros. Julga que o que aqui falta é o esclarecimento. Não está a pôr em causa o que que seja mas julga que seria muito importante, para decidirem de uma forma livre e clara, saber o valor dos caminhos, os metros quadrados, senão entende isto como uma mera atribuição de subsidio. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O senhor Presidente da União de Freguesias de Campanhó e Paradaça, **Joaquim Augusto Silva Pereira**, usou da palavra para dizer que iria começar pela resposta e pela explicação da diferença das verbas. A verba que a Câmara está a atribuir à União das Freguesias de Campanhó e Paradaça para a execução da obra em Teção não vai custear toda a obra, vai custear uma parte da obra, sendo que a outra parte é custeada pela Junta de Freguesia. As verbas são atribuídas de acordo com a obra a realizar. -----

O senhor Presidente da União de Freguesias de Ermelo e Pardelhas, **Armindo Marinho Henrique**, usou da palavra para dizer que a informação que lhe foi dada é que não vai haver discriminação em relação a qualquer junta de freguesia. A diferença entre a atribuição financeira neste momento deve-se também à obra que foi apresentada. Neste caso a obra que estava mais necessitada em Ermelo era a mesma obra que rondava esse valor. Para que não hajam equívocos, referiu que tinha a palavra do senhor Presidente e do senhor Vereador Paulo Mota de que não irá haver discriminação. -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Silva** usou da palavra para explicar algo que se calhar não foi bem entendido. Esclareceu que era a favor dos protocolos mas acha que nas propostas que foram entregues não está lá clarificado para aquela obra, mesmo sendo participada em parte, qual o valor em função de uma nota justificativa. Esclareceu que o que queria dizer é que, da próxima vez, pelo menos para não existirem tantas dúvidas, a proposta viesse com uma nota justificativa a explicar a atribuição do valor. Foi o que questionou e não está rigorosamente nada contra o que quer que seja. -----

O senhor Presidente da União de Freguesias de Campanhó e Paradaça, **Joaquim Augusto Silva Pereira**, usou da palavra para dizer que com certeza que o município quando atribuiu os subsídios soube como é que os atribuiu e soube a obra que se ia fazer. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que o valor que está nas propostas deveria ser o dobro ou o triplo se a Câmara tivesse disponibilidade financeira porque isto não vai naturalmente permitir a realização de todas as obras que estão identificadas pelo território e está-se a falar de obras que são feitas por administração da junta de freguesia. O que está aqui é aquilo que é possível neste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

momento arranjar. As obras foram identificadas, não fazia sentido ser por metro quadrado ou por metro linear como nas limpezas de bermas, e todo este trabalho foi articulado com os senhores presidentes de junta. Admite que numa ou outra oportunidade que haja uma proposta idêntica possa haver eventualmente uma melhoria dessa proposta. O executivo está disponível para isso, não tem interesse nenhum em ocultar informação. Se os senhores deputados se sentirem mais confortáveis com uma informação mais detalhada pode melhorar – se as propostas sem qualquer problema. ---

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta Apoio financeiro a conceder à União de Freguesias de Campanhó e Paradança que foi aprovada por unanimidade.** -----

2.14- Apoio financeiro a conceder à União de Freguesias de Ermelo e Pardelhas-

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta Apoio financeiro a conceder à União de Freguesias de Ermelo e Pardelhas que foi aprovada por unanimidade.** -----

2.15- Apoio financeiro a conceder à Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto -----

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta Apoio financeiro a conceder à Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto que foi aprovada por unanimidade.** -----

2.16- Apoio financeiro a conceder à Freguesia do Bilhó, no âmbito da realização do concurso pecuário do gado Maronês -----

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta Apoio financeiro a conceder à Freguesia do Bilhó, no âmbito da realização do concurso pecuário do gado Maronês que foi aprovada por unanimidade.** -----

2.17- Aprovação do Regulamento de Utilização e Funcionamento da Piscina Municipal de Mondim de Basto -----

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta Aprovação do Regulamento de Utilização e Funcionamento da Piscina Municipal de Mondim de Basto que foi aprovada por unanimidade.** -----

2.18- Informação do Executivo -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Sobre este ponto da ordem de trabalho não se registou nenhuma intervenção. -----

2.19- Intervenção do Público -----

Sobre este ponto da ordem de trabalho não se registou nenhuma intervenção. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO. -----

Tendo terminado as intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta das deliberações tomadas nesta reunião, tendo sido aprovada por unanimidade.** -----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente sessão, às dezanove horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida na sessão de 16 de setembro de 2019, e por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pelo Senhor Presidente de Assembleia e pela funcionária Emília de Carvalho Gonçalves, designada para o efeito pela Autarquia, que a redigiu, para valer como tal. -----
